



A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Kênia Alves | UnB | kenialsalves@gmail.com

GT 1: Políticas Públicas e qualidade da EaD

Resumo:

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800/2006, constitui uma política pública voltada à expansão e interiorização do ensino superior público por meio da Educação a Distância (EaD), com destaque para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Sua implementação ocorre em um contexto marcado pela ampliação do acesso à educação superior e, simultaneamente, por transformações nas formas de atuação do Estado e nas políticas de financiamento da educação pública. Este trabalho, vinculado a uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, tem como objetivo analisar a UAB enquanto política pública de interiorização do ensino superior, discutindo suas potencialidades e contradições no contexto das políticas educacionais contemporâneas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações, normativas e documentos relacionados ao Sistema UAB. O referencial teórico dialoga com autores que discutem neoliberalismo, políticas educacionais e território. Os resultados preliminares indicam que a UAB apresenta caráter contraditório: ao mesmo tempo em que amplia oportunidades de acesso ao ensino superior em regiões historicamente desassistidas, enfrenta desafios relacionados ao financiamento, à gestão institucional e à sustentabilidade da política, tensionando seus objetivos de democratização educacional.

Palavras-chave: Universidade Aberta do Brasil. Políticas Públicas. Ensino Superior.

1 Introdução

A expansão do ensino superior público brasileiro constituiu uma das principais agendas das políticas educacionais implementadas nas primeiras décadas do século XXI. Nesse contexto, destaca-se a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800/2006, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores públicos por meio da Educação a Distância, especialmente em municípios do interior do país.

A política surge articulada à necessidade de formação de professores da educação básica e à redução das desigualdades regionais de acesso à educação superior. Entretanto, como apontam Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), sua consolidação ocorre em um contexto marcado por transformações nas formas de atuação do Estado, pela incorporação de mecanismos gerenciais e por sucessivas restrições ao financiamento das políticas sociais.

Diante desse cenário, este trabalho busca discutir a UAB enquanto política pública de interiorização do ensino superior, analisando suas potencialidades e contradições à luz das transformações recentes das políticas educacionais brasileiras.



2 A UAB e as políticas públicas de expansão do ensino superior

A criação da UAB integra um conjunto de iniciativas voltadas à democratização do ensino superior público no Brasil. Sua estrutura organiza-se por meio da articulação entre universidades públicas, polos de apoio presencial e municípios, possibilitando a oferta de cursos em localidades historicamente afastadas dos grandes centros universitários.

Embora a política tenha contribuído para a ampliação do acesso à educação superior, sua implementação está inserida em um cenário de reconfiguração das políticas públicas. Conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo produz novas formas de governo e gestão, influenciando diretamente a organização dos serviços públicos. No cenário nacional, as análises de Saviani (2013) ressaltam os limites estruturais dessas políticas de expansão frente às restrições do financiamento público.

No campo educacional, Apple (2006) e Gentili (1998) destacam que reformas orientadas por princípios gerenciais tendem a introduzir mecanismos de eficiência, desempenho e responsabilização, produzindo tensionamentos entre a ampliação de direitos sociais e a redução das condições materiais para sua efetivação.

3 Território, interiorização e democratização do acesso

A interiorização do ensino superior não pode ser compreendida apenas como expansão geográfica da oferta educacional. A partir das contribuições de Milton Santos (2000) e Rogério Haesbaert (2004), o território é entendido como construção social marcada por relações de poder e desigualdades de acesso a bens e serviços públicos.

Nesse sentido, a UAB apresenta relevância ao promover oportunidades formativas em municípios que historicamente permaneceram à margem das redes universitárias presenciais. Contudo, a efetividade dessa política depende das condições institucionais e materiais que sustentam sua implementação.

Estudos recentes apontam dificuldades relacionadas ao financiamento, à infraestrutura dos polos e às condições de trabalho dos profissionais envolvidos na oferta dos cursos, revelando limites importantes para a consolidação da política.

4 Considerações Finais



A Universidade Aberta do Brasil constitui uma das mais importantes iniciativas de interiorização do ensino superior público brasileiro. Sua trajetória demonstra potencial para ampliar oportunidades educacionais e fortalecer a formação de professores em regiões historicamente excluídas dos circuitos tradicionais da educação superior.

Entretanto, a análise evidencia que a política se desenvolve em meio a contradições relacionadas às transformações contemporâneas do Estado e das políticas educacionais. Ao mesmo tempo em que promove democratização do acesso, enfrenta desafios vinculados ao financiamento, à gestão e à sustentabilidade institucional.

Referências

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.